



Cidade de São José dos Campos

Prefeitura Municipal

CONCURSO PÚBLICO

048. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração da prova é de 4 horas.
- ♦ Só será permitido sair da sala após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. São espécies de limitações circunstanciais ao poder constituinte reformador no direito brasileiro:

- (A) a votação das propostas de emendas em dois turnos e a exigência de aprovação por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- (B) a intervenção federal e o estado de defesa.
- (C) a iniciativa de emenda por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a votação em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional.
- (D) o estado de sítio e a proibição de abolição da forma federativa de Estado.
- (E) a vedação de abolição dos direitos e garantias individuais e a da separação dos poderes.

02. Analise os seguintes dispositivos constitucionais.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- II. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- III. Compete privativamente à União legislar sobre: desapropriação.

Conforme a doutrina clássica que trata da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, os dispositivos da Constituição Federal reproduzidos na questão são considerados, respectivamente, normas de eficácia

- (A) plena, contida e limitada.
- (B) contida, plena e limitada.
- (C) limitada, contida e plena.
- (D) plena, contida e plena.
- (E) plena, plena e limitada.

03. Sobre o controle de constitucionalidade preventivo, é correto afirmar que

- (A) tem sua origem no direito norte-americano e, no Brasil, é exercido pelos três poderes da República.
- (B) tem sua origem no direito francês e, no Brasil, esse controle é feito pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (C) pode ser exercido pelo STF, no sistema difuso, visando o cumprimento das regras do processo legislativo.
- (D) tem sua aplicação no direito brasileiro e é exercido por meio da ação declaratória de constitucionalidade.
- (E) não é admitido no direito brasileiro.

04. Assinale a alternativa correta a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

- (A) Tem caráter residual, não devendo ser admitida quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- (B) Pode ser utilizada em controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição de 1988.
- (C) A decisão na ADPF terá eficácia *inter partes* e efeito vinculante relativamente aos demais poderes da República.
- (D) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, mas poderá ser objeto de ação rescisória.
- (E) Caberá agravo regimental contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma do seu Regimento Interno.

05. A competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico é uma competência

- (A) legislativa privativa da União.
- (B) para a qual a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- (C) legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios.
- (D) legislativa privativa dos Estados.
- (E) comum entre a União e os Estados e o Distrito Federal.

06. O Presidente da Câmara Municipal de um determinado Município gastou 65% da receita da Câmara, no ano passado, com a folha de pagamento dos funcionários, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. Diante do que dispõe a Constituição Federal referente a essa conduta do Parlamentar, é correto afirmar que o Presidente da Câmara

- (A) deverá responder por crime de responsabilidade e será julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) responderá por crime comum e será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) deverá responder por crime de responsabilidade e será julgado pela Câmara de Vereadores.
- (D) deverá ter seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar por ter gasto mais do que o limite permitido pela Constituição Federal.
- (E) não responderá por crime algum, uma vez que não gastou mais do que o limite permitido pela Constituição.

07. A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias sobre matéria

- (A) reservada à lei complementar.
- (B) relativa à organização da Defensoria Pública.
- (C) relativa a direito civil.
- (D) relativa a direito tributário.
- (E) referente aos sistemas bancário e financeiro.

- 08.** Dentre as competências privativas do Presidente da República, algumas atribuições podem ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Assim, assinale a alternativa que contempla atribuição que pode ser delegada por previsão expressa da Constituição Federal.
- (A) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (B) Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - (C) Nomear membros do Conselho da República.
 - (D) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - (E) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.
- 09.** Assinale a alternativa correta a respeito do Poder Judiciário.
- (A) Os servidores do cartório judicial receberão delegação para a prática de atos de administração, de atos de mero expediente sem caráter decisório e decisões cujo teor tenha sido previamente encaminhado por modelo pelo juiz da Comarca.
 - (B) Os juízes gozam de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado.
 - (C) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária, exceto se expressamente autorizado pela maioria absoluta do órgão especial do Tribunal a que esteja vinculado.
 - (D) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão secreta, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
 - (E) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- 10.** Segundo as regras constitucionais de competência do Poder Judiciário, uma causa em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município, a competência para julgamento será do
- (A) Supremo Tribunal Federal, originariamente.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, em recurso ordinário.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial.
 - (E) Tribunal Regional Federal, em recurso ordinário.
- 11.** Conforme o que estabelece a Carta Magna, as associações
- (A) não podem ser compulsoriamente dissolvidas.
 - (B) dependem de autorização para serem criadas.
 - (C) somente podem ter suas atividades suspensas após trânsito em julgado de decisão judicial.
 - (D) possuem plena liberdade para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
 - (E) possuem garantia contra a interferência estatal em seu funcionamento.
- 12.** O instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, previsto na Constituição Federal, é o(a)
- (A) Lei Orgânica Municipal.
 - (B) Plano Diretor.
 - (C) Orçamento Participativo.
 - (D) Constituição Estadual.
 - (E) Estatuto da Cidade.
- 13.** Considerando a posição majoritária da doutrina e da jurisprudência sobre o tema, é correto afirmar que é cabível o mandado de segurança
- (A) contra ato puramente normativo.
 - (B) contra decisão judicial com trânsito em julgado.
 - (C) contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
 - (D) contra ato de administradores de entidades autárquicas.
 - (E) de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- 14.** De acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, o Prefeito
- (A) ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo juiz de primeira instância.
 - (B) goza de inviolabilidade por suas opiniões ou conceitos desfavoráveis emitidos no cumprimento do exercício do cargo.
 - (C) somente poderá ser suspenso de suas funções, nas infrações político-administrativas, se for condenado definitivamente no processo instaurado pela Câmara dos Vereadores.
 - (D) não responderá por atos de improbidade administrativa após o término do seu mandato, mesmo que cometidos no exercício do cargo.
 - (E) que descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro comete crime de responsabilidade e ficará sujeito à sanção de advertência e suspensão por 120 dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Para o poder de polícia administrativa, há competências exclusivas e não concorrentes das três esferas estatais, dada a centralização político-administrativa decorrente do sistema constitucional.
 - (B) O poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito coletivo.
 - (C) A polícia administrativa especial é aquela que cuida genericamente da segurança, da salubridade e da moralidade pública.
 - (D) A finalidade do poder de polícia é a proteção ao interesse público no seu sentido mais estrito.
 - (E) Com a ampliação do campo de incidência do poder de polícia, chega-se hoje a utilizar esse poder até para a preservação da segurança nacional, que é, em última análise, a situação da tranquilidade e garantia que o Estado oferece ao indivíduo e à coletividade, para a consecução dos objetivos do cidadão e da nação em geral.
16. Em relação à classificação dos serviços públicos, é correto afirmar que Serviços
- (A) de Utilidade Pública são os que a Administração, reconhecendo sua necessidade para os membros da coletividade, presta-os diretamente.
 - (B) próprios do Estado são aqueles que se relacionam diretamente com as atribuições do Poder Público e, para a execução dos quais, a Administração usa de sua supremacia com os administrados.
 - (C) industriais são os que produzem renda para quem os presta, porém essa remuneração é denominada contribuição de melhoria.
 - (D) gerais, como o de iluminação pública, são os que a Administração presta quando tem usuários determinados.
 - (E) públicos individuais são os que têm usuários determinados, porém uma vez implantados não geram direitos à sua obtenção por todos os administrados.
17. Assinale a alternativa correta.
- (A) Atos administrativos regulamentares são todos aqueles que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular.
 - (B) Atos de gestão são os atos que a Administração pratica para dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, preparando-os para a decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente.
 - (C) Atos administrativos internos são os destinados a produzir efeitos no recesso da administração, e por isso mesmo incidem, normalmente, sobre os órgãos e agentes da Administração que os expediram.
 - (D) Atos de expediente são os que a Administração pratica sem usar de sua supremacia sobre os destinatários.
 - (E) Atos de efeitos externos são todos aqueles que a Administração pratica usando de sua supremacia, impondo obrigatório atendimento.
18. Alienação é toda transferência de propriedade. Dentre as formas de alienação de bens imóveis do Município, assinale a alternativa em que essa transferência exige, necessariamente, a observância de autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência pública.
- (A) Concessão de uso.
 - (B) Venda.
 - (C) Doação.
 - (D) Dação em pagamento.
 - (E) Permuta.
19. O controle administrativo é aquele em que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, visando mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização. Sob esses aspectos, é correto afirmar que
- (A) a Administração só deve anular seus próprios atos quando houver provocação de terceiros.
 - (B) a revogação, quando provocada por ato do Poder Legislativo, gera para o particular direito à indenização.
 - (C) o controle administrativo pode e deve operar para que a atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência, atingindo sua finalidade plena, que é a satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais dos administrados.
 - (D) a Administração só anula o ato ilegal e revoga ou altera o ato legal, quando inconveniente ou inoportuno, se houver apreciação judicial e após o trânsito em julgado da sentença.
 - (E) os meios de controle administrativos, de um modo geral, não se bipartem em fiscalização hierárquica e recursos administrativos.
20. No tocante à Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar sobre a Ação Regressiva que
- (A) pode ser instaurada em face do servidor culpado, mesmo após a cessação do exercício no cargo ou na função.
 - (B) a responsabilidade do servidor culpado não se transmite aos seus herdeiros e sucessores.
 - (C) não pode ser ajuizada após a aposentadoria do servidor culpado.
 - (D) exonerado o servidor culpado, a Administração fica desonerada da propositura da ação civil.
 - (E) ocorre a extinção do processo sem julgamento de mérito se o servidor culpado for demitido pela Administração.

21. Assinale a alternativa correta.
- (A) A desapropriação por utilidade pública ocorre quando as circunstâncias impõem distribuição ou condicionamento da propriedade para o seu melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade ou de categorias sociais merecedoras de amparo específico do Poder Público.
 - (B) Os bens das autarquias, das fundações públicas e das empresas estatais não são passíveis de desapropriação.
 - (C) A desapropriação independe de declaração expropriatória regular.
 - (D) A desapropriação por necessidade pública surge quando a Administração defronta situações de emergência, que, para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros para o seu domínio público.
 - (E) A expropriação, seja por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, por interesse social, opera-se mediante prévia e justa indenização em dinheiro, não comportando exceções.
22. Nos termos da Lei Federal n.º 9.637, de 15.05.1998, o Contrato de Gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades relativas às seguintes áreas:
- (A) ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
 - (B) ensino, pesquisa técnica, habitação, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
 - (C) ensino, desenvolvimento científico, proteção e preservação do meio ambiente, transporte, cultura e saúde.
 - (D) ensino, proteção e preservação do meio ambiente, habitação, cultura e saúde.
 - (E) ensino, segurança, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
23. A exigência, imposta por lei municipal que determina o recuo de certo número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui
- (A) servidão predial.
 - (B) desapropriação parcial do terreno.
 - (C) limitação administrativa.
 - (D) servidão administrativa.
 - (E) ocupação temporária.
24. Com base nos instrumentos de política urbana, assinale a alternativa correta.
- (A) A Política de Desenvolvimento Urbano é executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - (B) O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, para as cidades com mais de quinze mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (C) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases.
 - (D) Os imóveis públicos são passíveis de usucapião.
 - (E) A desapropriação de imóveis urbanos é feita com indenização em título da dívida pública.
25. Nos termos do Estatuto da Cidade, adquirirá o domínio da propriedade, por meio da usucapião especial urbana, aquele que não seja proprietário de outro imóvel e que utilizar, para sua moradia ou de sua família, área ou edificação de até
- (A) 200 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
 - (B) 250 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
 - (C) 250 m², por dez anos, ininterruptamente e sem oposição.
 - (D) 350 m², por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.
 - (E) 350 m², por dez anos, ininterruptamente e sem oposição.
26. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na Lei Federal n.º 10.257, de 10.07.2001. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
 - (B) o Plano Diretor é desagregado do processo de planejamento municipal, devendo, entretanto, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
 - (C) o Plano Diretor poderá englobar o território do Município como um todo.
 - (D) a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada quinze anos.
 - (E) no processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais facultarão a promoção de audiências públicas, porém, se realizadas, serão garantidos a publicidade e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

27. De acordo com termos da Lei Federal n.º 6.766, de 19.12.1979, é correto afirmar que

- (A) lote é o terreno desprovido de infraestrutura básica cujas dimensões atendem, no mínimo, os índices urbanísticos definidos pelo Plano Diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- (B) desmembramento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente que implique na abertura de novas vias e logradouros públicos e prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (C) loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (D) é requisito urbanístico para o loteamento que os lotes tenham área mínima de 105 m² (cento e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (E) não se permite o parcelamento do solo em terreno com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.

28. Com relação ao Termo de Parceria a que alude a Lei Federal n.º 9.790, de 23.03.1999, assinale a alternativa que contempla cláusula essencial para esse tipo de ajuste.

- (A) Regime de execução.
- (B) Reconhecimento dos direitos da Administração, em casos de rescisão administrativa.
- (C) Condições de pagamento, data-base, periodicidade de reajustamento e critério de atualização monetária.
- (D) Crédito pelo qual correrá a despesa.
- (E) Estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

29. De acordo com a lei que disciplina a matéria, a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de

- (A) 0,5%.
- (B) 1,5%.
- (C) 3%.
- (D) 5%.
- (E) 10%.

30. Acerca dos investimentos, determina a Lei Geral do Orçamento que os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as

- (A) despesas de custeio.
- (B) transferências correntes.
- (C) despesas de capital.
- (D) subvenções sociais.
- (E) subvenções econômicas.

31. A dívida fundada compreende compromissos, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras ou serviços públicos, de exigibilidade

- (A) inferior a 3 meses.
- (B) inferior a 6 meses.
- (C) inferior a 12 meses.
- (D) superior a 12 meses.
- (E) superior a 24 meses.

32. Atendendo-se ao disposto na Constituição Federal, as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas de financiamento com recursos dos orçamentos, entre outros assuntos, é matéria que compete à lei

- (A) do Plano Plurianual.
- (B) de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) do Orçamento Anual.
- (D) do Orçamento Fiscal.
- (E) de Investimentos.

33. A “Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária” corresponde, nos termos da Lei Complementar 101/00, à definição de

- (A) dívida pública fundada.
- (B) dívida pública consolidada.
- (C) refinanciamento da dívida mobiliária.
- (D) operação de crédito.
- (E) concessão de garantia.

34. Para os fins de atender às determinações da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder aos percentuais estabelecidos pela lei que disciplina a responsabilidade na gestão fiscal. No que respeita aos Municípios, o referido percentual máximo é de
- (A) 30%.
 - (B) 40%.
 - (C) 50%.
 - (D) 60%.
 - (E) 70%.
35. Assinale a alternativa que apresenta afirmação em consonância com a lei que rege a execução fiscal.
- (A) A Dívida Ativa da Fazenda, compreendendo apenas a tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
 - (B) A petição inicial indicará apenas o juiz a quem é dirigida; o pedido e o requerimento de citação.
 - (C) O executado será citado para, no prazo de 15 dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as normas estabelecidas em lei.
 - (D) A garantia da execução, independentemente de ser promovida por meio de depósito em dinheiro, produz os mesmos efeitos da penhora e faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária.
 - (E) O juízo, a requerimento da parte, comunicará à repartição competente da Fazenda Pública, para fins de averbação no Registro da Dívida Ativa, a decisão final, transitada em julgado, que der por improcedente a execução, total ou parcialmente.
36. No que respeita ao mandado de segurança e seu respectivo procedimento, é correto afirmar que:
- (A) será concedido quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
 - (B) ao despachar a inicial, o juiz ordenará, dentre outras providências, que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 5 dias, preste as informações.
 - (C) da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar, caberá recurso de apelação.
 - (D) nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão de julgamento.
 - (E) os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, caso em que o prazo para conclusão dos autos não poderá exceder a 48 horas.
37. Assinale a alternativa em que estão presentes apenas causas de extinção do crédito tributário.
- (A) Prescrição, remissão e compensação.
 - (B) Transação, moratória e concessão de liminar em mandado de segurança.
 - (C) Decisão judicial passada em julgado, decisão administrativa irreformável e moratória.
 - (D) Isenção, imunidade e dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
 - (E) Transação, decadência e anistia.
38. No lançamento por homologação, a lei fixa o prazo de 5 anos para que a Fazenda Pública se pronuncie acerca da atividade exercida pelo obrigado no sentido de antecipar o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa. Expirado tal prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, observadas as ressalvas legais. O termo inicial para contagem do prazo em questão é o da ocorrência do(a)
- (A) pagamento.
 - (B) constituição do crédito.
 - (C) fato gerador.
 - (D) publicação da lei que estabelecer a hipótese de incidência.
 - (E) primeiro dia do exercício seguinte ao que ocorrer o pagamento.
39. Do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, a União entregará dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Dos recursos que, nesses termos, receberem, os Estados entregarão aos respectivos Municípios
- (A) 21,5%.
 - (B) 22%.
 - (C) 23,5%.
 - (D) 25%.
 - (E) 50%.
40. Em razão de permissivo constitucional, é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas de determinados impostos. Dentre eles, pode ser citado o imposto sobre
- (A) a propriedade territorial rural.
 - (B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (C) renda e proventos de qualquer natureza.
 - (D) propriedade de veículos automotores.
 - (E) propriedade predial e territorial urbana.

41. No que diz respeito ao cumprimento de sentença, da decisão que resolver a impugnação pela extinção da execução,
- (A) caberá o recurso de Agravo de instrumento.
 - (B) caberá o recurso de Agravo retido.
 - (C) caberá o recurso de Apelação.
 - (D) caberá o recurso de Embargos de declaração.
 - (E) não caberá recurso.
42. No período compreendido entre a confecção dos cálculos de liquidação e a expedição do precatório ou do ofício requisitório,
- (A) é necessária nova citação da Fazenda Pública para pagamento.
 - (B) não incidem juros de mora.
 - (C) é possível a garantia por sequestro de rendas públicas.
 - (D) descabe a incidência de honorários advocatícios sobre o valor apurado.
 - (E) não pode haver compensação de crédito.
43. Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu para apresentá-las ou contestar a ação no prazo de
- (A) cinco dias.
 - (B) dez dias.
 - (C) quinze dias.
 - (D) vinte dias.
 - (E) trinta dias.
44. Assinale a alternativa correta sobre a revelia e as ações em que a Fazenda Pública for ré.
- (A) Se a Fazenda Pública não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, operando-se a revelia.
 - (B) Havendo a revelia da Fazenda Pública, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir.
 - (C) Operada a revelia, a Fazenda Pública não poderá mais ser intimada dos atos do processo.
 - (D) Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública, uma vez que indisponíveis os interesses discutidos em juízo.
 - (E) Não se aplicam os efeitos da revelia contra a Fazenda Pública, uma vez que a citação é feita em nome do procurador geral.
45. Considera-se inepta a inicial quando
- (A) o tipo de procedimento escolhido não corresponder à natureza da causa.
 - (B) a parte for manifestamente ilegítima.
 - (C) o autor carecer de interesse processual.
 - (D) o juiz verificar desde logo a prescrição.
 - (E) contiver pedidos incompatíveis entre si.
46. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à impetração de recurso extraordinário, com a fundamentação de ter havido ofensa reflexa ao princípio constitucional da ampla defesa em razão de julgamento antecipado da lide, sem que tenha sido permitida a produção de prova pericial.
- (A) Admite-se o recurso extraordinário, por ofensa à norma expressa da Constituição Federal.
 - (B) Admite-se o recurso extraordinário, desde que a ofensa ao princípio esteja prequestionado.
 - (C) Admite-se o recurso extraordinário, desde que demonstrada a repercussão geral na violação do princípio.
 - (D) Não se admite o recurso extraordinário, por se tratar de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal.
 - (E) Não se admite o recurso extraordinário, porque o julgamento antecipado jamais ofende o princípio da ampla defesa.
47. Réu, ao apresentar sua contestação, alegou matéria preliminar quanto à condição da ação, rejeitada pelo despacho saneador. Deixou de apresentar recurso sobre este fato, contudo, em sede de apelação, novamente arguiu esta matéria preliminar. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) Houve preclusão de seu direito, uma vez que deixou de apresentar recurso de agravo de instrumento ao despacho saneador.
 - (B) Houve preclusão de seu direito, uma vez que deixou de apresentar agravo retido ao despacho saneador.
 - (C) Não está precluso seu direito, pois trata-se de matéria de ordem pública, podendo ser suscitada em sede de apelação.
 - (D) Não está precluso seu direito, por tratar-se de matéria considerada de mérito por equiparação.
 - (E) Não está precluso seu direito, em razão da aplicação da teoria da asserção para verificar as condições da ação.
48. Cidadão ingressou com ação popular no domicílio em que é residente e eleitor. Ocorre que os fatos a serem apurados na ação aconteceram em outro município. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) O autor não é parte legítima para a causa, uma vez que somente poderia indagar sobre fatos onde possui o domicílio eleitoral.
 - (B) O autor não é parte legítima para a causa, pois somente poderá contestar os fatos ocorridos no local em que é domiciliado.
 - (C) O autor não é parte legítima para a causa, porque deveria ser domiciliado e eleitor na municipalidade onde ocorreram os fatos.
 - (D) O autor é parte legítima para propor a demanda, porque qualquer pessoa tem legitimidade para propor essa ação.
 - (E) O autor é parte legítima para propor a demanda, porque basta ser eleitor para ter legitimidade para propor essa ação.

49. O ônus da prova cabe ao

- (A) autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- (B) autor, quanto à existência de fato impeditivo de seu direito.
- (C) réu, quanto aos fatos notórios.
- (D) autor, quando o fato é afirmado por uma parte e confessado pela outra.
- (E) réu em cujo favor milita presunção legal.

50. O prazo para a Fazenda Pública apresentar resposta ao agravo de instrumento impetrado da decisão de liquidação de sentença é de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) quinze dias.
- (D) vinte dias.
- (E) trinta dias.

51. Assinale a alternativa correta quanto à possibilidade de se propor ação cautelar de atentado no curso de procedimento de jurisdição voluntária.

- (A) Não é possível propor a cautelar, uma vez que o procedimento de jurisdição voluntária não é considerado ação principal para efeitos legais.
- (B) Não é possível propor a cautelar, porque jurisdição voluntária é atividade não jurisdicional por ausência de lide.
- (C) Não é possível propor a cautelar, uma vez que a ação cautelar de atentado pressupõe o ajuizamento de ação principal de natureza contenciosa.
- (D) Não há óbice para a propositura da cautelar, ainda que em curso procedimento de jurisdição voluntária.
- (E) Não há óbice para a propositura da cautelar, porque a cautelar de atentado é cabível unicamente em razão de procedimento de jurisdição voluntária.

52. João propôs ação de investigação de paternidade em face de seu suposto pai, no entanto, a ação foi julgada improcedente, por não ter sido comprovado o vínculo genético. A ação transitou em julgado. Passados alguns anos, com o advento da tecnologia decorrente do exame de DNA, João propôs nova ação em face da mesma parte e com o mesmo pedido. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) Em razão da coisa julgada, a petição inicial deverá ser indeferida por ser um óbice intransponível.
- (B) A petição inicial é inepta, em razão da coisa julgada que deve ser respeitada pelas partes.
- (C) A ação deve ser extinta, com resolução do mérito, em razão da imutabilidade da coisa julgada.
- (D) A ação deve ser extinta, sem resolução do mérito, em razão da imutabilidade da coisa julgada.
- (E) A coisa julgada deve ser relativizada, em respeito à prevalência de direito fundamental.

DIREITO CIVIL

53. Assinale a alternativa correta quanto à assunção de dívida comum.

- (A) É uma faculdade do devedor, independentemente da vontade do credor.
- (B) Ocorre em caso de insolvência do devedor, que se exonera da obrigação.
- (C) Pressupõe a conservação das garantias do negócio jurídico originário.
- (D) Há alteração no conteúdo da relação obrigacional assumida.
- (E) Pode ser assumida por qualquer terceiro, para o fim de sua extinção.

54. Leia as assertivas a seguir.

- I. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- II. Havendo credores solidários, o devedor comum apenas poderá pagar a todos em uma única vez.
- III. O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- IV. A solidariedade ativa resulta da lei, da vontade das partes ou da presunção.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

55. Podem ser objeto de hipoteca os imóveis e seus acessórios. Desse modo,

- (A) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- (B) o dono de imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele.
- (C) não subsistem os ônus reais constituídos e registrados anteriormente à hipoteca.
- (D) a hipoteca somente poderá ser constituída para dívida certa e atual.
- (E) a hipoteca poderá ser prorrogada até perfazer trinta anos da data do contrato.

56. José, conduzindo sua motocicleta, atropelou Antonio, causando-lhe lesões corporais de natureza grave, tendo sido absolvido no Juízo Criminal por ausência de provas. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) Essa decisão penal absolutória impede a revisão dos fatos no Juízo Cível.
 - (B) A decisão não impede o prosseguimento da ação de reparação civil.
 - (C) A não produção de provas vincula a decisão civil, pois são as mesmas.
 - (D) Nesse caso, não é mais possível discutir a materialidade do fato.
 - (E) Nem todo ilícito penal é um ilícito civil, assim, impossível a reparação civil.
57. Extinguem-se as servidões pelo(a)
- (A) não uso, durante dez anos contínuos.
 - (B) morte do dono do prédio serviente.
 - (C) morte do dono do prédio dominante.
 - (D) hipoteca do prédio dominante.
 - (E) uso durante quinze anos.
58. Assinale a alternativa correta sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.
- (A) Somente podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
 - (B) Têm capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
 - (C) O empresário casado, qualquer que seja o regime de bens, necessita de outorga conjugal para alienar imóveis da empresa.
 - (D) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
 - (E) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.
59. A municipalidade, ao realizar obras de contenção de um muro, acrescenta tirantes de sustentação, que, por necessidade técnica de construção, adentra no terreno particular de José, a uma profundidade de cinco metros, que se opõe à obra. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) A propriedade do solo abrange o subsolo, razão pela qual houve esbulho possessório, permitindo a José ingressar com ação para retomar sua posse.
 - (B) A propriedade do solo abrange o subsolo, em profundidade útil a seu exercício, não podendo José opor-se à obra se não tem interesse nessa profundidade.
 - (C) A propriedade do solo não abrange o subsolo, razão pela qual não houve qualquer esbulho possessório.
 - (D) José não pode se opor à execução da obra se esta for de interesse público e nos limites da função social da propriedade.
 - (E) Como a propriedade do solo abrange a do subsolo, a obra somente poderia ter sido executada se houvesse a desapropriação do imóvel.
60. Assinale a alternativa correta quanto à prescrição de um direito.
- (A) As obrigações sujeitas à prescrição presuntiva estão subordinadas, nos termos gerais, às regras da prescrição ordinária.
 - (B) A presunção de cumprimento pelo decurso do prazo só pode ser ilidida por confissão do devedor originário.
 - (C) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes, podendo ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - (D) A prescrição geral ocorre em quinze anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor ou maior para ocorrer.
 - (E) Prescreve em dois anos a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de seus honorários.
61. Quanto ao conceito de direito potestativo, assinale a alternativa correta.
- (A) É o poder que a ordem jurídica confere a alguém de agir e de exigir de outrem determinado comportamento em nome próprio ou de terceiro interessado.
 - (B) É a proteção dos direitos subjetivos que se faz pelas vias previstas no direito para esse fim.
 - (C) É o ônus jurídico correspondente à faculdade de se comportar de determinado modo para a realização de interesse próprio.
 - (D) É a situação jurídica em que o direito não nascido está pendente de verificação de um requisito essencial a sua existência.
 - (E) Constitui um poder de agir de que certa pessoa é dotada para influir decisivamente na esfera jurídica de outrem, que deve se sujeitar a tal vontade.
62. Incorporador imobiliário adquiriu um grande lote de terreno para a implantação de um conjunto de casas. Antes do lançamento do empreendimento, mas já autorizado pelas autoridades competentes, foi surpreendido com a desapropriação do imóvel pela Municipalidade, tendo recebido apenas o valor de mercado a título de indenização. Inconformado, em ação autônoma, requereu indenização da expectativa de lucros advindos da futura venda das casas.
- Assinale a alternativa correta diante desse fato.
- (A) Improcede a pretensão, uma vez que os lucros aqui discutidos dizem respeito a um dano meramente hipotético.
 - (B) Improcede o pedido, uma vez que se trata de lucros cessantes, impossível de serem ressarcidos em qualquer hipótese.
 - (C) Procedo o pedido, pois se trata da hipótese de lucros cessantes, devendo ser indenizados, mesmo sem o lançamento.
 - (D) Procedo a pretensão, pois se trata de danos pertinentes à perda de uma chance, apurados em liquidação de sentença.
 - (E) Procedo a pretensão, porque o lançamento imobiliário já se encontrava aprovado pelas autoridades competentes.

63. Tendo em consideração os elementos fático-jurídicos constitutivos da relação de emprego e do contrato de trabalho, bem como as figuras jurídicas que lhes são próximas, assinale a alternativa que traz a afirmação correta.
- (A) Trabalho que se realiza por pessoa física mediante pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação constitui a relação de emprego que corresponde ao contrato de trabalho, enquanto, numa situação de prestação de serviços, mediante trabalho autônomo tal como definida na lei civil, necessariamente não há pessoalidade na execução dos serviços.
 - (B) O traço distintivo do contrato de emprego para a empreitada está na transitoriedade desta e na definitividade daquele, já que os demais requisitos de pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação podem estar presentes em ambas as circunstâncias.
 - (C) Enquanto o trabalhador subordinado e vinculado ao empregador mediante contrato de trabalho compromete-se a acolher a direção empresarial no tocante ao modo de concretização cotidiana de seus serviços, a autonomia supõe a noção de que o próprio prestador de serviços estabelece e concretiza, cotidianamente, a forma de realização dos serviços que pactuou prestar.
 - (D) No contrato de empreitada, uma ou mais pessoas se compromete(m) a realizar ou mandar realizar uma obra certa e especificada para outrem, sob a direção do contratante da obra certa, mediante o ajuste de um preço global para a execução da obra, traço econômico que a diferencia da relação de emprego cujo pagamento é ajustado pelo tempo à disposição do tomador de serviços.
 - (E) Tanto o contrato de trabalho quanto o mandato são espécies do gênero contrato de atividade. Trazem as semelhanças da presença da subordinação do prestador de serviços ao tomador de serviços, a noção de representação e a característica da onerosidade do contrato. Mas as diferenças são claras, pois o mandato admite extinção por termo determinado e o emprego, não.
64. Em se tratando de remuneração e salário, é correto afirmar que
- (A) os termos são sinônimos e podem ser usados indistintamente, sem nenhuma consequência prática, já que a própria legislação consolidada não os dissocia, tomando-os como palavras de conteúdo jurídico equivalente.
 - (B) tanto remuneração quanto salário são correspondentes a um conjunto de parcelas contraprestativas pagas apenas pelo empregador em função do contrato de trabalho, mas o salário é de menor abrangência.
 - (C) várias teorias tratam distintamente da matéria. Há as que identificam os termos, há as que afirmam que remuneração é gênero do qual salário é espécie, e há aquelas que negam qualquer relação entre os termos.
 - (D) prevaleceu na jurisprudência a distinção entre remuneração, que abrange parcelas contraprestativas do trabalho pagas inclusive por terceiros, como gorjetas, e salário, conjunto de parcelas contraprestativas pagas pelo empregador.
 - (E) salário é a base da remuneração, título a partir do qual são calculados e pagos os demais títulos que, se tiverem caráter habitual, são considerados integrantes da remuneração para todos os efeitos legais.
65. Com relação ao aviso prévio, assinale a alternativa correta.
- (A) O aviso prévio é um direito histórico dos trabalhadores e oriundo dos primórdios do Direito do Trabalho. Cabe apenas na dispensa do trabalhador por iniciativa do empregador e pode ser trabalhado ou indenizado.
 - (B) O aviso prévio é direito dos trabalhadores e recentemente foi alterado para ampliar o prazo, que varia de 8 dias, se o pagamento for por semana ou tempo inferior, conforme o contido no artigo 487, I, da CLT, a até um total de 90 dias, como diz a Lei n.º 12.506, de 11 de outubro de 2011.
 - (C) O aviso prévio é um direito recíproco, tanto dos empregados quanto dos empregadores, e seu período se projeta no tempo do contrato de trabalho para todos os efeitos legais, devendo ser necessariamente indenizado.
 - (D) Há várias modalidades de aviso prévio, sempre cindidas em duas: aviso prévio do empregado e aviso prévio do empregador; aviso prévio indenizado e aviso prévio trabalhado; aviso prévio mínimo e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço; e aviso prévio com projeção do tempo no contrato e sem projeção do tempo.
 - (E) O aviso prévio dado pelo empregador não extingue o contrato, mas designa um termo para a extinção contratual, termo esse que é variável proporcionalmente ao tempo de serviço do trabalhador naquele contrato e pode ser revertido, se a parte concedente reconsiderar a sua decisão anterior.

66. Considere as seguintes proposições.

- I. A greve evoluiu de delito para direito. Corresponde a uma suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação pessoal de serviços a empregador, com objetivo de exercer-lhe pressão com vistas à defesa ou à conquista de interesses coletivos ou difusos.
- II. A greve pode ser deflagrada por deliberação coletiva dos trabalhadores, segundo seus interesses, inclusive quanto à sua conveniência e oportunidade. Demanda apenas uma formalização de seus requisitos, como a negociação coletiva prévia, a autorização de assembleia de trabalhadores, o aviso prévio à parte adversa e o atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade.
- III. A Constituição Federal assegurou o direito de associação sindical e de greve aos servidores públicos civis. Enquanto não houver lei específica para a regulamentação desse direito, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que as disposições da Lei n.º 7.783/1989 são aplicáveis, no que compatíveis, aos servidores públicos, considerados sempre os serviços públicos como atividades essenciais.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

67. Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade da Fazenda Pública nas reclamações trabalhistas ajuizadas em face de empresas por ela contratadas.

- (A) A administração pública não poderá ser responsabilizada, ainda que se considere ilícita a terceirização, porque há obstáculo constitucional (no artigo 37, II, da Constituição Federal) ao reconhecimento de vínculos e direitos trabalhistas em decorrência de trabalhos realizados sem prévia aprovação em concurso público, bem como é impossível considerar a administração pública devedora solidária de inadimplemento de responsabilidade de terceiro.
- (B) Depois do julgamento em que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade do artigo 71, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de licitações), o Tribunal Superior do Trabalho alterou a sua Súmula 331 para afirmar que a administração pública responde subsidiariamente pelos créditos trabalhistas dos empregados de seus contratados, desde que haja conduta culposa (omissiva ou comissiva) na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da prestadora de serviço como empregadora.
- (C) A responsabilidade do tomador de serviços é solidária, havendo culpa ou dolo em relação ao inadimplemento dos créditos trabalhistas dos empregados de sua prestadora de serviços; e é subsidiária se inexistente culpa ou dolo, dada a responsabilidade objetiva do tomador de serviços em relação às obrigações trabalhistas da prestadora de serviços para com seus empregados.
- (D) A responsabilidade da Fazenda Pública em relação aos créditos trabalhistas dos empregados de suas prestadoras de serviço não é decorrente do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas supõe modalidade de culpa, participação do ente público no processo de conhecimento, inclusão do ente administrativo no título executivo e limitação das verbas decorrentes da condenação àquelas adquiridas pelo trabalhador apenas ao período em que o contrato entre prestadora de serviços e administração pública esteve vigente.
- (E) A responsabilidade da Fazenda Pública nos casos de terceirização, lícita ou ilícita, regular ou irregular, não abrange toda e qualquer verba decorrente da condenação, mas deve ser regularmente aferida, segundo a existência ou não de culpa, pois só responderá por créditos cujo inadimplemento ocorreu com o concurso de culpa da administração pública, assim declarada em sentença, bem como com a limitação de tempo à vigência do contrato realizado entre administração pública e prestador de serviços.

68. Possui legitimidade ativa para ingressar com ação popular, segundo os ditames da Lei n.º 4.171/1965,

- (A) o órgão do Ministério Público.
- (B) a associação que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção do cidadão na defesa de atos lesivos ao patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios.
- (C) o brasileiro nato ou naturalizado afetado imediatamente pelo ato ilegal ou ilícito.
- (D) qualquer cidadão, assim considerado o que provar ter residência fixa e trabalho lícito.
- (E) qualquer cidadão, assim considerado aquele que provar possuir título eleitoral ou outro documento que a ele corresponda.

69. Na ação popular,

- (A) a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado que figurar no polo passivo da ação poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- (B) o órgão do Ministério Público poderá atuar como assistente ou litisconsorte do polo passivo.
- (C) o Procurador da pessoa jurídica de direito público que figurar no polo passivo, diante do seu *munus* público, deve contestá-la, visando a afastar o pedido formulado pelo autor, a fim de manter o ato discutido, diante do princípio da validade do ato administrativo.
- (D) quando a pessoa jurídica de direito público houver contestado o pedido, não poderá promover a execução da sentença contra os demais réus, mesmo no que a decisão final lhe tiver favorecido.
- (E) o prazo para contestação é de improrrogáveis 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citação, por se tratar de ação que tramita pelo rito especial.

70. Recebida pela Procuradoria do Município a representação da Comissão Processante dando conhecimento da existência de procedimento administrativo em que há fundados indícios de responsabilidade de agente público por ato de improbidade, o Procurador

- (A) representará ao órgão do Ministério Público, que é o legitimado ativo, para ingressar com a ação cautelar de arresto ou de sequestro, segundo o caso concreto, de bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- (B) ingressará com ação cautelar de sequestro de bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- (C) ingressará com a ação de improbidade administrativa no prazo de trinta dias, pleiteando a designação de audiência para tentativa de transação, acordo ou conciliação, visando a diminuir a litigiosidade e a solucionar com rapidez a questão.
- (D) dará conhecimento à autoridade competente, visando a afastar o agente do exercício do cargo, emprego ou função, com prejuízo de sua remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- (E) ajuizará, em litisconsórcio ativo necessário, com o órgão do Ministério Público, ação de improbidade, que tramitará pelo rito especial.

71. A ação civil pública:

- (A) possui como objeto único a condenação em dinheiro ao Fundo para reconstituição dos bens lesados.
- (B) que condenar o réu a ressarcir o dano causado por ato de discriminação étnica, terá a prestação em dinheiro revertida ao Fundo para reconstituição dos bens lesados e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica.
- (C) não admite litisconsórcio facultativo ativo.
- (D) traz como consequência imediata da condenação ao sucumbente, mesmo que de boa-fé, o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
- (E) será aforada pelo órgão do Ministério Público na hipótese em que o servidor público quiser, facultativamente, provocá-lo, em razão de possuir informações sobre fatos que constituam objeto dessa ação, indicando-lhe os elementos de convicção.

72. A Lei n.º 7.347/1985, que trata da ação civil pública, enuncia que
- (A) as agremiações legitimadas poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
 - (B) quando o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, promoverá fundamentadamente o arquivamento dos autos do referido inquérito civil, remetendo-o, no prazo de 03 (três) dias, à Corregedoria Geral do Ministério Público.
 - (C) a requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar em decisão fundamentada.
 - (D) eventual multa cominada liminarmente será exigível de imediato, diante do inegável interesse público primário existente na hipótese de regência.
 - (E) o juiz poderá determinar, somente após o requerimento formulado pelo autor, a cominação de multa diária quando o objeto for o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

DIREITO AMBIENTAL

73. Entre as penas restritivas de direitos da pessoa jurídica está(ão), dentre outras:
- (A) execução de obras de recuperação de áreas degradadas.
 - (B) contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.
 - (C) recolhimento domiciliar.
 - (D) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade.
 - (E) prestação de serviços à comunidade.
74. É(são) instrumento(s) da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros:
- (A) a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, facultando-se ao Poder Judiciário produzi-las, quando inexistentes.
 - (B) o Cadastro Técnico Municipal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.
 - (C) instrumentos econômicos, como concessão florestal e servidão ambiental.
 - (D) o Cadastro Técnico Estadual de Atividades e informações sobre a biota exótica.
 - (E) os instrumentos necessários ao fomento da ciência, voltados para a pessoa humana e a biota.

75. Zoneamento é uma medida não jurisdicional, oriunda do poder de polícia, com dois fundamentos: a repartição do solo urbano municipal e a designação do seu uso, segundo definição de Celso Antonio Pacheco Fiorillo, em Curso de Direito Ambiental Brasileiro, 3.ª edição ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 82.

Tendo em vista os princípios relativos ao meio ambiente, o zoneamento ambiental encontra-se relacionado ao princípio do(a)

- (A) participação.
- (B) desenvolvimento sustentável.
- (C) precaução.
- (D) poluidor-pagador.
- (E) ubiquidade.

76. Quanto à competência legislativa concorrente, analise as assertivas a seguir.

- I. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- II. Não havendo norma geral sobre determinada matéria, cabe aos Estados exercer a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- III. Sobrevindo lei federal sobre normas gerais, fica revogada a lei estadual e derogada no seu aspecto contraditório.
- IV. A Constituição Federal de 1988 não situou os Municípios na área de competência concorrente (artigo 24), mas a eles outorgou competência para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

77. Quanto aos princípios ambientais informadores do direito ambiental, o relacionado ao acesso equitativo aos recursos naturais refere-se

- (A) ao uso autorizado de um recurso ambiental, observadas as normas vigentes e padrões legalmente fixados.
- (B) aos custos sociais externos que acompanham a atividade econômica que devem ser internalizados.
- (C) à adoção de medidas, pelo Poder Público, por meio da sociedade civil organizada, tendentes a solucionar as questões relativas ao meio ambiente.
- (D) à racionalidade da exploração e à eficiência ecológica.
- (E) ao acesso da população às informações relativas às atividades administrativas.

78. Avalie as seguintes assertivas a respeito do funcionário público no Direito Penal.

- I. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente, mas necessariamente com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- II. O crime praticado por funcionário público contra a administração em geral será considerado qualificado quando seus autores forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo Poder Público.
- III. Funcionário público condenado à pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano, por crime praticado com violação de dever para com a administração pública, somente poderá perder seu cargo se essa decisão constar motivadamente declarada na sentença.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

79. Avalie as seguintes assertivas a respeito dos crimes contra a fé pública.

- I. Aquele que dolosamente introduz na circulação, sabendo ser falsa, moeda de curso legal no país, incorrerá na mesma pena daquele que a falsificou, independentemente de tê-la recebido de boa-fé, como verdadeira.
- II. Para fins do crime de falsificação, o cheque nem sempre será considerado documento particular.
- III. O crime de supressão de documento estabelece a pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa, para o agente que destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

80. Assinale a alternativa que contém apenas crimes contra as finanças públicas.

- (A) Executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura; realizar operação de crédito interno sem prévia autorização legislativa; afastar ou procurar afastar licitante de concorrência pública por meio de oferecimento de vantagem.
- (B) Realizar operação de crédito interno sem prévia autorização legislativa; afastar ou procurar afastar licitante de concorrência pública por meio de oferecimento de vantagem; autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada.
- (C) Autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada; prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei; impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial.
- (D) Deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei; prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei; exercer múnus de que foi privado por decisão judicial.
- (E) Promover a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia; autorizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa; autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.